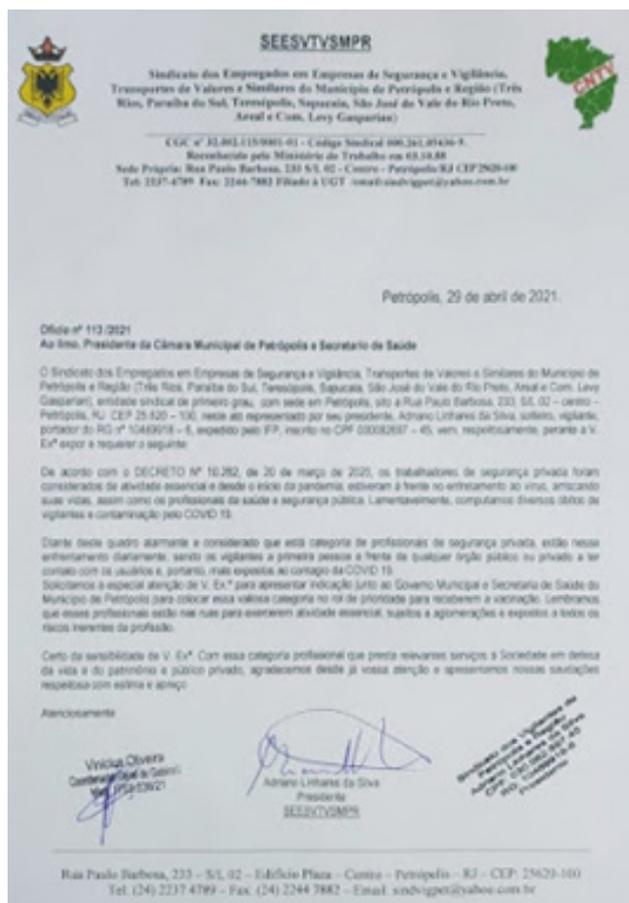




## PETROPOLIS / RJ

# Sindicato cobra vacinação de vigilantes em Petrópolis



O Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região solicitou de forma oficial à Câmara de Vereadores de Petrópolis e à Secretaria Municipal de Saúde a antecipação da vacinação dos profissionais de vigilância e segurança privada que atuam na cidade.

O pedido leva em consideração o decreto federal nº 10.282/2020 que estabelece que os trabalhadores de segurança privada são considerados como atividade essencial desde o início da pandemia.

“Nosso pedido é justo, uma vez que estamos expostos a todo risco de contaminação, aglomerações e exposições sejam nos postos de empresas privadas, shoppings, órgãos públicos e bancos. Lamentavelmente, já registramos diversos óbitos de vigilantes e outros contaminados por esse vírus”, afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Diante desse quadro alarmante e da crescente onda de contágio, o Sindicato reforça o pedido de vacinação prioritária para os vigilantes que são essenciais para a economia e a ordem pública das cidades.

Vacina para os Vigilantes Já!!!

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

# Quem faz o sindicato é o trabalhador



Poucas pessoas sabem a importância que o movimento sindical tem. É ele quem te defende, trabalhador, quando a classe patronal age com arbitrariedades. É o sindicato da sua categoria que vai à luta em prol dos seus direitos.

E no Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região (SVNIT) nós atuamos para te defender a todo custo, irmão vigilante.

E é com muita luta que estamos fazendo com que os patrões recuem em medidas absurdas e ilegais que eles tentam, dia após dia, implementar.

Se não fosse a luta do SVNIT, estaríamos sem convenção coletiva de trabalho, sem piso salarial, sem direitos trabalhistas, sendo acharcados todo dia.

E além de te defender, podemos oferecer diversos benefícios para quem é vigilante sindicalizado. Benefícios esses que só conseguimos manter com a contribuição sindical. Atualmente, a gente tem convênio com a Clínica Médica Lusi-Brás, em São Gonçalo, onde oferecemos consultas, exames laboratoriais, eletrocardiograma, Preventivo Ginecológico, Ultrassonografias Transvaginal,

Obstetrícia e de vias urinárias (periódicas). Lá, também é oferecido consulta oftalmológica e os exames retracio, fundo de olho, bi-microscopia e tenometria.

Para quem mora em Rio Bonito, temos convênio com a Carb Clínica Médica, onde oferecemos duas consultas gratuitas por mês para quem é associado e para os dependentes, nas especialidades de Clínica Geral, Ginecologista e Pediatria.

Caso necessite fazer mais consultas no mesmo mês, elas podem ser realizadas na Clínica Lusi-Brás.

O sindicato, ainda, oferece para quem é sindicalizado a troca de Carteira Nacional do Vigilante de papel para cartão de PVC a partir do segundo mês de associação.

Todos os associados têm, ainda, direito a retirar cestas básicas no final do ano e no mês do aniversário. Recebem, ainda, um informativo bimestral do Sindicato. Os vigilantes sindicalizados têm descontos, ainda, na Autoescola Centro de Formação de Condutores Barão de Niterói e com a faculdade Estácio de Sá, com descontos de até 40% em vários cursos.

Oferecemos, também, assistência jurídica na área trabalhista gratuitamente.

Essas são as vantagens que oferecemos para quem é vigilante sindicalizado. Estamos sempre na luta ao lado do trabalhador.

Afinal, só quem sabe o que um vigilante sofre no posto de serviço é outro vigilante.

**POR: Cláudio Vigilante Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT)**

# Serafim Gerson Camilo se reúne com a administração da PMV e cobra vigilantes nos parques e escolas municipais



O presidente do Sindseg-GV/ES, Serafim Gerson Camilo participou na tarde da última quinta-feira (22) de uma reunião com representantes da administração da Prefeitura de Vitória. Secretários municipais, procurador da capital e diretores do sindicato participaram da reunião que teve como pauta principal a situação dos vigilantes nos parques de Vitória.

O presidente do sindicato explica que, em decorrência da pandemia e decreto governamental que fechou repartições públicas e aplicou restrições para evitar a propagação da covid-19, os parques municipais de Vitória também estão fechados.

Ainda de acordo com o Serafim, a prefeitura seguiu o decreto, mas estava mantendo o quantitativo de vigilantes nestes postos de trabalho, mas com o decorrer do tempo, a administração de Vitória alegou que teve que reduzir o número de trabalhadores nos parques devido o fechamento dos mesmos e diante da possibilidade do Tribunal de Contas contestar o

gasto com esse contrato.

“Nós fomos cobrar da gestão do prefeito de Vitória Pazolini uma posição clara e objetiva e a prefeitura nos garantiu que assim que a situação se restabelecer e os parques forem autorizados a funcionar, o quantitativo dos vigilantes voltará ao normal, ou seja, voltará a mesma quantidade de trabalhadores de antes do fechamento”, afirma Serafim.

Outro assunto muito importante e que vem tirando o sono da categoria foi tratado na reunião: o retorno dos vigilantes nas escolas municipais de Vitória.

“Cobrei o retorno desses trabalhadores que foram tirados das escolas na gestão de Luciano Rezende e a atual gestão avaliará a situação que, de acordo com a prefeitura, vai depender da normalidade pós-quarentena, com o retorno das aulas presenciais os contratos serão avaliados”, finaliza Serafim Gerson Camilo.

**FONTE: Assessoria de Imprensa Sindseg-GV/ES**

# PF AUTORIZA ENSINO SEMIPRESENCIAL PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM



mundo estão enfrentando.

Conforme a portaria, todas as disciplinas poderão ser realizadas à distância, de forma online, exceto as aulas de:

- a) Defesa Pessoal;
- b) Educação Física;
- c) Armamento e Tiro;
- d) Prevenção e Combate a Incêndio;
- e) Primeiros Socorros;
- f) Radiocomunicações;
- g) Uso Progressivo da Força.

Para estas deve haver agendamento das aulas durante a realização do curso semipresencial.

**Veja mais detalhes na íntegra da portaria, abaixo.**

**POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS**  
**E PRODUTOS**

**PORTARIA Nº 6-CGCSP/DIREX/PF, DE 22 DE ABRIL DE 2021**

Dispõe sobre a modalidade de ensino semipresencial nas empresas de curso de formação. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, bem como os artigos 3º, II e 74 a 81, da Portaria no.3.233-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983 e no Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983; e CONSIDERANDO a situação de pandemia enfrentada no mundo inteiro, especialmente no Brasil;

CONSIDERANDO a importância de se empregar novas tecnologias na educação; e, CONSIDERANDO o emprego universal do ensino à distância de forma exitosa, resolve:

Art. 1º Disciplinar a modalidade de ensino semipresencial nas empresas de curso de formação para as disciplinas teóricas.

Parágrafo único. A modalidade de ensino semipresencial não tem o condão de substituir o ensino presencial, sendo facultado às empresas de curso de formação a adoção do ensino semipresencial.

Art. 2º. Para os fins desta Portaria, todas as disciplinas do Curso de Formação de Vigilante e do curso de Reciclagem do Curso de Formação de Vigilante poderão ser ministradas integralmente na modalidade à distância (online), exceto:

- a) Defesa Pessoal;
- b) Educação Física;
- c) Armamento e Tiro;
- d) Prevenção e Combate a Incêndio;
- e) Primeiros Socorros;
- f) Radiocomunicações;
- g) Uso Progressivo da Força.

§ 1º. As cargas horárias das disciplinas “Defesa Pessoal”, “Educação Física” e “Armamento e Tiro” deverão ser cumpridas presencialmente, mediante agendamento, durante o período do curso semipresencial.

§ 2º. As cargas horárias das seguintes disciplinas deverão ser cumpridas, parcialmente na modalidade presencial, na proporção de 50% (cinquenta por cento), mediante agendamento, durante o período do curso semipresencial:

- a) “Prevenção e Combate a Incêndio”;
- b) “Primeiros Socorros”;
- c) “Radiocomunicações”;
- d) “Uso Progressivo da Força”.

§ 3º. A carga horária da disciplina “Revisão e Atualização das Disciplinas Básicas” do curso de Reciclagem do Curso de Formação de Vigilante deverá ser cumprida à distância (online).

Art. 3º. As empresas de curso de formação que optarem por oferecer cursos na modalidade semipresencial deverão utilizar plataforma de ensino à distância, previamente autorizada pelas DELESPs/CVs, que ofereça, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- a) Acesso online do aluno e dos instrutores com nome de usuário e senha individuais;
- b) Controle de frequência automatizado e com contagem de tempo de permanência na plataforma dos alunos e dos instrutores;
- c) Sala de aula virtual para ministração das aulas ao vivo, que permita interação entre aluno-professor e aluno-aluno;
- d) Gravação das aulas ao vivo e armazenamento online do curso até o completo encerramento do processo de turma no GESP, para consulta pelos alunos durante o curso e fiscalização pela Polícia Federal quanto ao cumprimento da carga horária;
- e) Disponibilização de material escrito e/ou videoaulas aos alunos como material de apoio.

§ 1º. A autorização para utilização da plataforma de ensino à distância deverá ser solicitada às DELESPs/CVs, ocasião em que deverá ser fornecido manual de usuário, bem como concedido acesso online à plataforma, por meio de fornecimento de usuário e senha, para verificação quanto ao preenchimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 2º. Por ocasião da comunicação de início de curso, a escola deverá informar a opção pelo modelo semipresencial e fornecer à DELESP/CV usuário e senha de acesso à plataforma para fiscalização, com possibilidade de acesso em tempo real às salas de aula virtuais (aulas ao vivo), gravações de aulas, controle de frequência e demais funcionalidades.

§ 3º. Ao final de cada curso, a plataforma da escola deverá gerar um arquivo digital, contendo o registro de frequência nominal dos alunos, especificando a disciplina cursada, as datas de cada aula, hora de entrada e hora de saída de cada aluno, para inserção no GESP, nos documentos da turma, por ocasião da comunicação de conclusão da turma.

Art. 4º. As avaliações de aprendizagem de todas as disciplinas deverão ser realizadas presencialmente.

Art. 5º. As empresas de curso de formação que adotarem o ensino semipresencial deverão disponibilizar sala de videoconferência em suas dependências, a fim de permitir aos alunos que não possuam acesso à Internet assistir às aulas virtuais ao vivo, fornecendo material de apoio impresso.

Art. 6º. As empresas de curso de formação somente poderão oferecer cursos semipresenciais a alunos residentes na(s) Unidade(s) da Federação onde possuam autorização de funcionamento.

Art. 7º. As empresas de curso de formação que adotarem o ensino semipresencial deverão observar integralmente o formato estabelecido na presente Portaria, sob pena de cometimento da infração administrativa.

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor em 03 de maio de 2021.

**LICINIO NUNES DE MORAES NETTO**

# TJ-SP rejeita ação de centro de vigilantes para manter cursos presenciais



**TJ-SP rejeita ação de centro de vigilantes para manter cursos presenciais**

Andriy Popov

Em qualquer das esferas federativas, o chefe de governo não concentra em sua pessoa a totalidade dos poderes da administração, não sendo lógico, conseqüentemente, figurar como autoridade coatora em toda ação de segurança.

Com base nesse entendimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu a inicial e denegou segurança impetrada por um centro de formação de vigilantes contra o prefeito de São Paulo. No mandado de segurança, a empresa pretendia ser reconhecida como prestadora de serviços essenciais.

Assim, poderia manter suas atividades presenciais (cursos de formação na área de segurança privada) mesmo com a adoção de medidas mais restritivas de combate à Covid-19. No entanto, por unanimidade, o Órgão Especial reconheceu a ilegitimidade do prefeito por figurar no polo passivo da ação.

O relator, desembargador Costabile e

Solimene, concordou com o argumento do município de que a responsabilidade de fiscalizar o funcionamento da empresa seria da subprefeitura da região da cidade correspondente ao endereço do estabelecimento, e não do prefeito.

“A vastidão da estrutura e das atividades da administração pública impõe complexa organização escalonada de seus órgãos e agentes estatais, de forma que cada qual possua um cargo e atribuições próprias, como forma de viabilizar o funcionamento da máquina administrativa”, explicou o relator.

Ele afirmou que o mandado de segurança deve ser impetrado em face da autoridade que, por ação ou omissão, tenha dado causa à lesão jurídica alegada e, além disso, detenha atribuições funcionais ordinárias para eliminar essa mesma ilegalidade. Solimene também afastou a aplicação da teoria da encampação.

“Se o prefeito editou norma geral, cuja cobrança parta de subordinados, autoridade coatora será o exercente direto da fiscalização. Por sinal também não aproveita à parte o emprego da teoria da encampação, que reclama requisitos, um deles visivelmente não identificado”, concluiu.

Revista Consultor Jurídico - Tábata Viapiana

# Após morte de homem negro, Carrefour anuncia cláusula antirracista

**Anúncio foi feito pelo CEO do grupo, Noel Prioux, durante evento on-line, quando apresentou também pesquisa sobre racismo no Brasil**



O Grupo Carrefour Brasil anunciou, nesta quarta-feira (28), a inclusão de uma cláusula antirracista em todos os contratos de fornecedores e uma política de tolerância zero ao racismo. A confirmação ocorreu durante um evento on-line comandado pelo CEO do grupo, Noel Prioux, para debater o combate ao preconceito racial nas corporações e, ainda, a promoção da equidade.

A informação ocorre no mesmo dia em que a rede de supermercados informou ter

depositado R\$ 1 milhão para Milena Alves, viúva de João Alberto Silveira Freitas, o João Beto, assassinado, em novembro do ano passado, na frente de uma unidade do supermercado, em Porto Alegre (RS).

“Queremos que todos que se relacionam com o Carrefour adotem as melhores práticas, apoiem iniciativas e incentivem mudança de comportamento. Não basta combater o racismo, é preciso ser antirracista”, afirmou Prioux.

A cláusula faz parte de uma série de 72

iniciativas reunidas em oito compromissos públicos para o combate à discriminação e inclusão de negros e negras, assumidos pela empresa como forma de contribuir para o enfrentamento do racismo no Brasil desde novembro, após o assassinato de João Beto.

O evento contou com a participação de Marcelo Melchior e Juliana Azevedo – CEOs da Nestlé e da P&G, respectivamente –, Rachel Maia e Adriana Barbosa – do PretaHub –, além de Silvio Almeida e Celso Athayde, da Central Única das Favelas (Cufa).

“Se olharmos para o nosso cotidiano, vamos perceber que tornamos como absolutamente normal a não convivência com pessoas negras e a não convivência com pessoas indígenas. Ou seja, nós naturalizamos a ausência de determinados grupos sociais, especialmente em espaços de tomada de decisão”, disse Silvio Almeida, também autor do livro *Racismo Estrutural*.

Durante a live, a empresa também apresentou as novas diretrizes para a segurança interna e revelou investimento de mais de R\$ 5 milhões para a nova fase. De acordo com o grupo, a segurança interna das lojas passou por mudanças, como internalização dos agentes de fiscalização e implementação de um novo modelo.

“Estamos hoje aqui para assumir de forma clara, firme, transparente, o nosso compromisso, assumindo papel de liderança no setor e compartilhar com todos o que estamos aprendendo, combatendo o racismo”, enfatizou o CEO do grupo.

### **Pesquisa**

No evento, o Instituto Locomotiva apresentou uma pesquisa encomendada pelo Carrefour sobre a diversidade nas corporações brasileiras. O levantamento – realizado por telefone, com 1.630 entrevistados em 72 cidades do país, no mês de abril – aponta que, ainda não há clareza na população sobre o caráter estrutural

do racismo: cerca de 64% dos entrevistados acreditam que o racismo é fruto da ação de indivíduos e não de uma cultura de exclusão.

Os dados mostram que cerca de 86% da população concorda que, para empresas venderem para todos, precisam respeitar a diversidade racial. Sobre o mercado de trabalho, 76% dos brasileiros consideram que pessoas negras são discriminadas.

“O racismo é estrutural, e para combatê-lo é preciso ter tolerância zero. O brasileiro precisa enxergar o racismo na sociedade e os impactos que ele traz. Existe um mercado gigantesco de pessoas que estão discriminadas e não atendidas e, mais do que isso, seguidas em supermercados, sofrendo violência policial e mais. A promoção da diversidade nas empresas é um dos caminhos para mudar esse cenário”, disse Renato Meirelles, fundador do instituto Data Favela.

Ainda conforme o levantamento, mais de 52% dos trabalhadores pretos e 26% dos negros (que também inclui pardos) já sofreram preconceito no ambiente de trabalho. Ainda, 57% dos trabalhadores brasileiros presenciaram uma pessoa negra sendo discriminada ou humilhada em seu ambiente de trabalho. Entre os trabalhadores negros, são 67% que já presenciaram essa discriminação. No salário, trabalhadores “não-negros” ganham, em média, 76% a mais do que os negros.

A pesquisa ainda traz que a maioria dos brasileiros conhece alguém que foi vítima de preconceito racial: 61% dos brasileiros presenciaram uma pessoa negra sendo humilhada ou discriminada devido à sua raça/cor em lojas, shoppings, restaurantes ou supermercados, e esse percentual é de 71% no caso dos negros.

FONTE: METROPOLES - Caio Barbieri

# Lucro do Santander ultrapassa os R\$ 4 bilhões nos três primeiros meses de 2021

**Mesmo com a economia do país em frangalhos, lucro do banco continua crescendo**



O banco Santander obteve no Brasil um lucro líquido gerencial de R\$ 4,012 bilhões no primeiro trimestre de 2021. O valor é 4,1% maior do que o obtido no mesmo período em 2020 e 1,4% maior do que o obtido no trimestre passado. É o maior lucro trimestral do banco desde o segundo trimestre de 2010.

“Chega a ser assustador! O país vive uma crise sanitária que está deixando nossa economia em frangalhos, mas o Santander, que já havia lucrado quase R\$ 14 bi em 2020, continua aumentando seus lucros”, observou o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Mario Raia. “E, analisando os dados do balanço, vemos que

esse crescimento é impulsionado não apenas pelas extremamente lucrativas operações financeiras, mas também pelo aumento das receitas de taxas e tarifas cobradas de seus clientes e do arrocho aos funcionários”, completou.

### **Mais-valia**

A receita do banco com a cobrança pela prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 8,3% em doze meses, totalizando R\$ 4,9 bilhões. Os gastos totais com os funcionários tiveram uma queda de 4,4% no ano.

“O que o banco arrancou de seus clientes com a cobrança pelos serviços realizados daria para pagar mais do que duas vezes as despesas que tem com quem realiza os serviços. É o típico

exemplo da exploração do trabalho humano”, explicou Mario Raia.

As despesas do banco com os funcionários somaram R\$ 2,2 bilhões. Os R\$ 4,9 bilhões arrecadados com a cobrança de serviços e tarifas é 215,74% maior do que os gastos com funcionários.

Uma das formas encontradas pelo banco para reduzir as despesas de pessoal é diminuir o quadro de funcionários. A holding encerrou o primeiro trimestre de 2021 com 44.806 empregados, 2.386 postos de trabalho a menos do que o banco tinha há 12 meses. No período também foram fechadas 140 agências e 91 Postos de Atendimento Bancário.

“O banco lucra ainda mais com a redução do número de funcionários e de agências. Mas, o trabalhador e a população sofrem as consequências com a sobrecarga de trabalho, o adoecimento, a dificuldade para se encontrar uma agência e as longas filas para o atendimento.

### Carteira

A Carteira de Crédito Ampliada do banco, no país, teve alta de 7,4% em doze meses, atingindo R\$ 497,6 bilhões (alta de 11,4% desconsiderando o efeito da variação cambial). As operações com pessoas físicas cresceram 13,4% em doze meses, chegando a R\$ 178,4 bilhões, com crescimento em todas as linhas e impulsionadas por Veículos/Leasing (+27,5%) e pelo crédito imobiliário (+23,2%). A Carteira de Financiamento ao Consumo, originada fora da rede de agências, somou R\$ 61,1 bilhões, com alta de 3,4% em relação a março de 2020. Do total

desta carteira, R\$ 51,8 bilhões (ou 84,7% da carteira) referem-se aos financiamentos de veículos para pessoa física, apresentando aumento de 4,1% no período. O crédito para pessoa jurídica cresceu 14,3% em doze meses, alcançando R\$ 185,3 bilhões. O segmento de pequenas e médias empresas cresceu 28,4%, e o de grandes empresas cresceu 9,2%. O Índice de Inadimplência Total superior a 90 dias, incluindo Pessoa Física e Pessoa Jurídica, ficou em 2,1%, com queda de 0,9 pontos percentuais em comparação ao primeiro trimestre de 2020. Já as despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD) foram reduzidas em 5,8%, totalizando R\$ 3,4 bilhões.

### Rentabilidade

Tudo isso garantiu ao banco uma rentabilidade (retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado –ROE) de 20,9% no Brasil e levasse o país a responder por 21% do lucro mundial do Santander, que chegou aos € 2,138 bilhões, valor 385,8% maior do que obtido no primeiro trimestre de 2020.

Veja abaixo a tabela resumo dos números apresentados pelo banco ou, se preferir.

FONTE: CONTRAF

	(Em milhões)		
Item	1tr/2021	1tr/2020	Varição
Ativos Totais	978.150	1.002.889	-2,4%
Carteira de Crédito Ampliada	497.566	463.100	7,4%
Patrimônio Líquido*	78.886	80.129	-1,4%
Lucro Líquido Geral	4.012	3.853	4,1%
Rentabilidade (LI/PL)	20,9%	22,3%	-1,4 p.p.
Taxa de Inadimplência (>90dias)	2,1%	3,0%	-0,9 p.p.
Receita das Operações de Crédito	25.281	29.655	-16,5%
Receitas com Títulos e Valores Mobiliários	25.625	24.882	+4,6%
Despesas de Captação	28.095	29.249	-4,3%
Despesas com Empréstimos e Repasses	9.946	22.282	-55,2%
Despesas de PDD	3.377	3.586	-5,8%
Receita de Prestação Serviços e Tarifas	4.852	4.482	8,3%
Despesa de Pessoal (+PUR)	2.249	2.353	-4,4%
Cobertura Desp. Pessoal / Receita Prestação de Serviços	215,74%	193,48%	25,26 p.p.
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	3.894	-6.110	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-420	10.606	-
Basiléia	21,3%	22,8%	-1,4 p.p.
Agências	2.119	2.259	-140
PAE's	1.417	1.508	-91
Número de Empregados	44.806	47.192	-2.386

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Santander (1º trimestre de 2021).

\* Exclui 200% do saldo do IFRS (líquido de amortização).

Elaborado pela Rede Bancários - Oikos.

# Funcionários estão atentos aos ataques contra o Banco do Brasil

**Apensamento de PL que visa incluir o banco no programa de privatizações gera alertas dos trabalhadores aos sindicatos**



Funcionários do Banco do Brasil estão atentos às tentativas de privatização do banco. Após o apensamento do Projeto de Lei 461/2021, que inclui o Banco do Brasil no Programa Nacional de Desestatização (privatização) ao PL 3091/2019, que trata de assunto correlato, sindicatos de todo o país receberam mensagens

de alertas de bancários do BB denunciando o chamaram de “movimentação do projeto”.

“Foi bom recebermos os alertas para sabermos que os funcionários estão atentos e preocupados com uma possível aprovação de um projeto que pode levar à privatização do Banco do Brasil. É sinal de que eles estão sintonizados

com o trabalho de acompanhamento da tramitação dos projetos de interesse dos trabalhadores no Congresso”, ressaltou o secretário de Relações do Trabalho, Jeferson Meira, o Jefão, que é o responsável de fazer tal acompanhamento pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). “Mesmo se tratado de um apensamento, estamos acompanhando a movimentação para fornecer subsídios aos deputados e senadores, para que eles vejam o absurdo da propositura e a rejeitem”, completou.

Segundo as normas da Câmara dos Deputados, projetos mais recentes que tratem de uma mesma questão são apensados ao projeto mais antigo para tramitarem em conjunto. Caso um dos projetos já tenha sido aprovado pelo Senado, encabeçará a lista, tendo prioridade sobre os da Câmara. Quando há movimentação na tramitação, o relator analisa todos os projetos e dá um único parecer. Se usar partes de mais de um projeto, faz um substitutivo ao projeto original, mas ele também pode indicar a aprovação de um projeto apensado e a rejeição dos demais.

### **Alertas contra a privatização**

O PL 461/2021, do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) foi apensado ao PL 3091/2019, do deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que tinha sido apensado ao PL 6490/1996, da deputada Angela Albino (PCdoB-SC), que já havia sido apensado ao PL 2728/1989, do Senado Federal.

“O Kim Kataguiri, infelizmente, desconhece o trabalho árduo dos funcionários e das

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

funcionárias, assim como da importância do Banco do Brasil para o país e para os brasileiros”, criticou Jefão.

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga lembrou que são projetos que tratam do mesmo tema, mas alguns deles se contrapõem. “E, neste sentido, é bom que a categoria esteja atenta para pressionar o deputado que for escolhido para a relatoria. Estes alertas de agora não são apenas para os sindicatos, mas também para o relator ver que se fizer alguma proposta de privatização do banco pode não passar impune pelo julgamento dos trabalhadores na próxima eleição”, afirmou.

Para a Conselheira Representante dos Funcionários (Caref) no Conselho de Administração do Banco do Brasil, Débora Fonseca, as muitas mudanças recentes no comando e no Conselho de Administração do Banco do Brasil podem ter ligação com a reação dos bancários. “Naturalmente os funcionários ficaram mais receosos por perceberem que o PL 461/2021 foi apensado a outros que tramitam. É essa reação é muito importante para demonstrar ao governo que, caso se enverede por esse caminho de ataque e privatização, será cobrado e pressionado não só pelos funcionários mas por diversos setores da sociedade que dependem do apoio do Banco do Brasil para o desenvolvimento de suas atividades”, concluiu.

**FONTE: CONTRAF**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF